

PROCEDIMENTOS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL PARA REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL¹

Emails:
fernando.moreira@ufpr.br
salmstela@gmail.com

Fernando Cavalcanti Moreira, José Francisco Salm Junior

Resumo

No Brasil, são poucas as evidências de políticas instituídas para os repositórios institucionais (RIs), que tratam sobre a preservação digital. Assim, pela falta de políticas institucionais nesta área, as instituições não sabem o que fazer e como fazer, quais os melhores procedimentos para a preservação dos seus acervos digitais. O presente trabalho se propõe a analisar os RIs das universidades federais brasileiras, com foco nos aspectos que envolvem a preservação digital; além de levantar as iniciativas nacionais e internacionais que sugerem regulamentos, procedimentos, padrões e tecnologias para apresentar ao final um modelo de procedimento voltado à preservação digital em RIs. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, embasada pelo paradigma interpretativista. Os métodos utilizados foram divididos em duas etapas: na primeira etapa foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental; na segunda etapa será desenvolvido um estudo de caso com o Repositório Digital Institucional da Universidade Federal do Paraná (RDI/UFPR) e uma adaptação do "Modelo Processual de Preservação Digital para Gestão da Informação". Como resultado, espera-se ter um estado da arte dos métodos estruturais e estratégicos da preservação digital e a sua relação com os RIs. Além disso, pretende-se reunir boas práticas de preservação digital e apresentá-las em um modelo de procedimento de preservação digital, com base na realidade do (RDI/UFPR).

Palavras-chave: Repositórios Institucionais. Preservação Digital. Gestão da Informação.

Abstract

In Brazil, there is little evidence of policies instituted for institutional repositories (IRs), which deal with digital preservation. Thus, due to the lack of institutional policies in this area, institutions do not know what to do and how to do, what are the best procedures for the preservation of their digital collections. The present work intends to analyze the IRs of the Brazilian federal universities, focusing on the aspects that involve the digital preservation; In addition to raising the national and international initiatives that suggest regulations, procedures, standards and technologies to present at the end a model of procedure aimed at digital preservation in IRs. From the methodological point of view, this is a qualitative research, based on the interpretative paradigm. The methods used were divided into two stages: in the first stage a bibliographical and documentary research was carried out; In the second stage, a case study will be developed with the institutional repository of the Universidade Federal do Paraná (Federal University of Paraná State) and an adaptation of the "Digital Preservation Process Model for Information Management". As a result, it is expected to have a current overview of the structural and strategic methods of digital preservation and its relationship with IRs. In addition, it is intended to gather digital preservation procedures and present them in a digital preservation procedure model, based on the reality of institutional repository of the Universidade Federal do Paraná (Federal University of Paraná State).

Keywords: Institutional Repositories. Digital Preservation. Information management.

¹ Relatório intermediário de mestrado aprovado em exame de qualificação em 29 de novembro de 2016 e desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC).

INTRODUÇÃO

Atualmente, os repositórios institucionais (RIs) podem ajudar no reconhecimento do trabalho de pesquisadores e suas instituições, por meio da disponibilização da sua produção científica e acadêmica. Considera-se, ainda, que parte deste conteúdo não é publicado externamente, sendo os RIs o seu local original e, em alguns casos, são materiais publicados apenas nestes repositórios. Com isso, torna-se importante preservar e garantir o acesso ao conteúdo armazenados nos RIs.

As estratégias de preservação digital formam um conjunto de ações que, para garantir a efetividade, devem ser realizadas de forma organizada e contínua. Compreende um esforço das instituições em concentrar recursos financeiros e conscientizar equipes voltadas à preservação digital e isso, também, se aplica a gestão dos RIs. Diante disso, o tema deste trabalho é a preservação digital em RIs. Já o recorte da pesquisa é voltado para a definição de procedimentos de preservação digital para os RIs das universidades federais brasileiras. Mas, antes de tratar sobre a preservação digital em RIs, faz-se necessário contextualizar os RIs no cenário acadêmico.

A utilização dos RIs pelas universidades federais brasileiras é concomitante ao crescimento do Movimento de Acesso Aberto para a comunicação científica e o surgimento de novas tecnologias que permitem a divulgação de produções científicas e acadêmicas de forma ampla e acessível. Isso ocorre, especialmente, a partir da publicação da declaração “Budapest Open Access Initiative” (BOAI), em 2002, que apresentou duas estratégias de ação para o desenvolvimento do acesso aberto. Uma dessas estratégias, relacionada aos RIs, é a via verde (green open access). (VINCENT; WICKHAM, 2013).

De acordo com Costa e Leite (2016), a via verde visa o “desenvolvimento de repositórios digitais de acesso aberto a partir dos quais os resultados de pesquisa publicados, ou aceitos para publicação, são alternativamente distribuídos”. Assim, as instituições começaram a implantar os seus RIs para tornar disponíveis trabalhos de pesquisa, como teses e dissertações, além de outros documentos que preservam a memória digital da instituição, como relatórios institucionais e técnicos (BAILEY JR, 2005).

Ademais, os RIs favorecem a democratização da comunicação científica interna e externa, aumentam o uso, a visibilidade e o impacto da produção científica da instituição, garantem o monitoramento da produção acadêmica e enaltecem o prestígio da instituição e do pesquisador (LEITE, 2009). Contudo, a implantação de RIs implica no desenvolvimento e adoção de políticas que contemplem a inclusão, manutenção e preservação em longo prazo das informações científicas. Trata-se de um compromisso da instituição, com a sua comunidade acadêmica e sociedade como um todo, em zelar por este patrimônio gerador de conhecimento, inovação, desenvolvimento econômico e enriquecimento cultural (LYNCH, 2003).

De acordo com a literatura, são diversas as estratégias de preservação digital, como: preservação da tecnologia, emulação, migração encapsulamento, metadados, identificadores persistentes, backup, redes de distribuição de preservação digital, entre outras. Mas, independente da tecnologia adotada, é necessário que as ações de preservação digital sejam sistematizadas com uma rotina de procedimentos, que podem estar formalizadas como uma política institucional, por exemplo.

Políticas institucionais são instrumentos que estabelecem a lógica de funcionamento em processos gerenciais, com: diretrizes, regras, definição de responsabilidades e conceitos que direcionam ações. No caso dos RIs, a preservação digital pode ser parte de uma política institucional de gestão do RI ou de uma política institucional de informação como um todo. (GRÁCIO, 2012).

No Brasil, são poucas as políticas instituídas para os repositórios digitais, que tratam sobre a preservação digital. (WEITZEL e MESQUITA, 2015; MEDEIROS, 2013, p. 74). Assim, pela falta de políticas institucionais nesta área, as instituições não sabem o que fazer e como fazer, quais os melhores procedimentos que garantam todas as propriedades e características das informações e que as mantenham intactas ao longo do tempo, e que ainda permita a disponibilização e uso deste conteúdo.

Diante do exposto, as lacunas com relação à preservação digital para os repositórios institucionais nas universidades, suscita o seguinte questionamento: quais procedimentos podem ser adotados pelas universidades federais brasileiras para realizar a preservação digital dos seus repositórios institucionais?

Esse presente trabalho pretende então, identificar os procedimentos de preservação digital para repositórios institucionais (RIs), considerando os aspectos tecnológicos, legais e organizacionais de gestão dos RIs nas universidades federais brasileiras. Sendo necessários para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos são: analisar o contexto dos repositórios institucionais (RIs) no Brasil, especialmente das universidades federais brasileiras, com foco nos aspectos técnicos, legais e organizacionais que envolvem a preservação digital; apresentar as iniciativas nacionais e internacionais que apresentam regulamentos, procedimentos e padrões para a preservação digital em RIs; analisar técnicas e ferramentas em RIs para apoio na condução de procedimentos de preservação digital; levantar os dados sobre o Repositório Digital Institucional da Universidade Federal do Paraná (RDI/UFPR); e elaborar um modelo de processo para a preservação digital em RIs, com base no Modelo Processual de Preservação Digital para a Gestão da Informação, proposto pelo Professor Doutor José Carlos Abbud Grácio, e na realidade do RDI/UFPR.

1 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E PRESERVAÇÃO DIGITAL

Com a preservação e a garantia de acesso permanente, as informações científicas produzidas ao longo do tempo servem como base para a criação de novos estudos e descobertas, em diversas áreas do conhecimento. Diante disso, além da constante evolução dos meios de armazenamento e disponibilização de conteúdos, surgem diversas tecnologias voltadas especificamente à preservação digital destes objetos. Mas, para além das tecnologias que permitem a preservação digital, considera-se necessária a definição de procedimentos que garantam a efetividade e continuidade desse processo.

Hoje, a informação e o conhecimento representam papéis estratégicos em setores que são os pilares de uma sociedade, como a saúde e a educação. Neste contexto, diferentes tipos de organizações – como universidades, institutos de pesquisa e arquivos – começaram a digitalizar e produzir documentos exclusivamente eletrônicos, gerando grandes repositórios de informação digital.

Os repositórios digitais podem ser divididos em temáticos, institucionais e centrais. De acordo com Kuramoto (2009, p. 204), a criação depende “dos objetivos deste repositório e os objetivos definem que tipos de documentos se desejam armazenar no mesmo. E cada tipo de documento tem suas características próprias”. No caso específico das universidades federais brasileiras, a maioria das instituições passou a disponibilizar repositórios institucionais (RIs). Segundo Márdero Arellano (2008), os RIs “são sistemas de informação que armazenam, preservam e divulgam e dão acesso à produção intelectual de instituições e comunidades científicas”. Logo, os repositórios tornaram-se indispensáveis para as universidades, especialmente as públicas, por armazenarem e disponibilizarem o conteúdo ali produzido.

Uma série de fatores contribuiu para a difusão no uso da informação científica digital em instituições de ensino e pesquisa e, conseqüentemente, dos repositórios institucionais, como: a evolução das TIC; o decréscimo nos custos de aquisição de hardware e software; e o Movimento de Acesso Aberto. Assim, a partir da importância dos RIs para as instituições de ensino e pesquisa, crescem os desafios para a gestão e o acesso do conteúdo digital em longo prazo, tornando fundamentais estudos que contribuam com a sistematização dos procedimentos necessários para garantir a preservação de conteúdos digitais. (MÁRDERO ARELLANO, M. A., SALES, E. P. S. e D’AVILA, R. T., 2014; REZENDE, L.; QUEIROZ, B de M., 2014; GRÁCIO, J. C. A., FADEL, B. e VALENTIM, M. L. P., 2013; SILVA JUNIOR, L. P., MOTA, V. G., 2012).

De acordo com Ferreira (2006, p. 12), a preservação digital pode ser definida como um “conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado a longo-prazo à informação e restante patrimônio cultural existente em formatos digitais”. Mas, para a maioria das instituições brasileiras, as atividades destinadas à preservação digital são verdadeiros desafios a serem transpostos, como: obsolescência do hardware e do software; definição de papéis e responsabilidades dos profissionais envolvidos na criação, manutenção e preservação dos RIs; a construção de uma cultura organizacional voltada para a preservação digital nas instituições; a legislação e os custos que envolvem as ações de preservação do conteúdo digital; e a formulação de um programa de gestão que garanta a integridade e a autenticidade do patrimônio científico digital.

Conforme afirmam Grácio, Fadel e Valentim (2013, p. 127), sobre a relação entre o armazenamento de conteúdo digital e as instituições de ensino superior a “preservação digital deve estar inserida nos objetivos institucionais, a partir da formulação de uma política de preservação digital, que contemple aspectos organizacionais, legais e técnicos”. Especialmente para as instituições públicas, a formalização de procedimentos atua no sentido de diminuir o impacto de mudanças de gestão e, conseqüentemente, de prioridades.

Dessa forma, uma política de preservação digital institucional deve ser elaborada em consonância com as diretrizes institucionais de informação que, por sua vez, devem estar embasadas e seguir uma política nacional de informação. Segundo Jardim (2009), “políticas públicas informacionais constituem o conjunto de premissas, decisões e ações [...] que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação de natureza pública e privada”. Assim, compreende-se que uma política pública de informação deve abranger diferentes aspectos, sendo a preservação um item complexo e que necessita de estudos para o seu desenvolvimento, por ser de fundamental importância para garantir a eficácia de um programa de gestão da informação científica.

De acordo com Grácio (2012, p. 61), entende-se longo prazo como “[...] a forma de manter um objeto digital autêntico e acessível por tempo suficiente para atender às necessidades dos usuários.”. Trata-se de um intervalo de tempo que deve ser suficiente para manter as informações acessíveis, com o planejamento adequado para resistir e se adequar ao surgimento de novos padrões e formatos tecnológicos.

O pesquisador Márdero Arellano (2008), afirma que o “desenvolvimento de conjunto de critérios para a retenção de materiais produzidos por pesquisadores de instituições públicas deverá incluir uma discussão detalhada sobre [...] políticas para repositórios digitais”. Além disso, tais critérios devem atender pontos, como metadados de preservação e sobre o gerenciamento de direitos autorais em âmbito digital.

Um ponto de partida para discutir uma política de preservação digital pode ser a Carta para Preservação do Patrimônio Digital (UNESCO, 2003), elaborada pela Biblioteca Nacional da Austrália, que aponta cinco características de um programa de preservação digital confiável: responsabilidade; viabilidade organizacional; sustentabilidade; adequação técnica; segurança e responsabilização de procedimentos. A pesquisa de Grácio (2012) vem complementar esta carta ao estabelecer que a política de preservação digital deve ser elaborada a partir de três aspectos: organizacional, legal e técnico.

Ainda de acordo com Grácio (2012), tais aspectos formam grupos interdependentes e constituem um modelo de gestão global das informações digitais, através de quinze elementos. O aspecto organizacional compreende os objetivos da instituição; a equipe multidisciplinar; responsabilidades; recursos financeiros; atos administrativos. O aspecto legal engloba leis e direitos autorais. O grupo técnico envolve a seleção e descarte; modelos, padrões e iniciativas; metadados; autenticidade; infraestrutura tecnológica; repositórios institucionais; estratégias de preservação; suporte. Os aspectos e seus elementos estão dados, mas é preciso adequá-los e aperfeiçoá-los a realidade das unidades de informação das universidades federais brasileiras, que enfrentam desafios específicos na gestão dos recursos materiais, econômicos e do capital humano.

Ainda com relação a essa pesquisa, o autor desenvolveu um “Modelo Processual de Preservação Digital para Gestão da Informação”, voltado para instituições de ensino superior (IES). Esse modelo abrange todos os aspectos organizacionais, legais e técnicos citados no parágrafo anterior e contempla as etapas de: identificação de necessidades; uso; seleção, descarte e manutenção; monitoramento informacional; distribuição e acesso; organização, tratamento e armazenamento; e desenvolvimento de produtos e serviços. Sendo assim, por ser um modelo voltado para a preservação digital em IES, este trabalho irá utilizar tal modelo como base para o desenvolvimento de um modelo de procedimento de preservação digital para RIs.

A necessidade de se desenvolver pesquisas sobre o armazenamento de conteúdo científico digital é corroborada por Setenareski (2013, p. 102), que sugere “levantamento e discussão sobre as possíveis políticas públicas existentes para a preservação e acesso, em longo prazo, do conteúdo científico digital, armazenado em repositórios digitais abertos, com foco nos elementos envolvidos em termos dos interesses técnicos, políticos e econômicos”. E também encontra respaldo nos estudos de Galindo, Ribeiro e Vila Nova (2011) e Grácio (2012), que constata que as instituições de ensino superior brasileiras enfrentam dificuldades para estabelecer uma política de preservação digital.

Medeiros (2013, p. 74) reitera esse ponto ao afirmar que “a implantação de políticas de informação no contexto das universidades e institutos de pesquisa, visando garantir o acesso e a disseminação da produção científica dessas instituições, ainda é um desafio, pois existem poucas políticas instituídas no Brasil”. Ainda de acordo com Galindo, Ribeiro e Vila Nova (2011), a maioria dessas instituições não desenvolveu competência para assegurar o acesso em longo prazo aos seus acervos digitais, o que pode ser atribuído à ausência de uma política uniforme de preservação digital.

Nesse sentido, Weitzel e Mesquita (2015) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar as boas práticas de preservação digital em RIs de instituições públicas de ensino e pesquisa, na região Sudeste do Brasil. Como resultado, oito dos nove RIs selecionados para a pesquisa não possuem uma política de preservação digital formalizada.

Ainda de acordo com a pesquisa das autoras, foi possível aferir que são desenvolvidas atividades de preservação digital nas unidades pesquisadas, mas estas não são claramente identificáveis a ponto de se verificar se estas ações são realmente cumpridas e de qual forma. Além disso, sete de nove RIs não participam de redes colaborativas sobre preservação digital e apenas três estratégias de preservação digital foram citadas: backup, inclusão de metadados e preservação da tecnologia.

Resultados como esse indicam que parte dos RIs apresentam fragilidade no que diz respeito a segurança de acesso em longo prazo de seus objetos digitais, mas não só isso: também é perceptível a falta de engajamento dos gestores dos RIs nas questões relacionadas a preservação digital, como formalização de procedimentos e compartilhamento de ideias sobre o tema com outras instituições.

2 METODOLOGIA

Antes de tratar sobre o delineamento elaborado para essa pesquisa, apresenta-se o paradigma sobre o qual este trabalho foi construído. O paradigma de uma pesquisa denota um ponto de vista sobre a área abordada pelo trabalho e determina os elementos subsequentes do desenho da pesquisa. Dessa forma, um paradigma orienta as escolhas dos métodos e das técnicas de pesquisa utilizadas.

De acordo com Sedor (2006, p. 45), “o mundo científico é determinado, simultaneamente, pela tradição de pesquisa (portanto pelo paradigma) e pela natureza”, que corresponde ao mundo objetivo. Assim, os paradigmas carregam diferentes culturas e interpretações de mundo. Entretanto, isso não quer dizer que os pesquisadores não interpretem os dados extraídos de suas pesquisas, mas, sim, que as interpretações de um pesquisador pressupõem um paradigma. (SEDOR, 2006, p. 47-48).

Neste trabalho, o paradigma que norteia o delineamento da pesquisa é o interpretativista. Uma pesquisa com perspectiva interpretativista considera a construção da realidade do ambiente em estudo, através da interação dos atores sociais desse meio. Sendo assim, conforme Saccol (2009), o resultado de pesquisa não é meramente um fato (realidade objetiva) e, sim, “a interpretação do pesquisador sobre as interpretações dos indivíduos que participam em um determinado fenômeno”. Assim, o paradigma interpretativista denota uma pesquisa que relaciona o contexto do problema abordado, a posição das pessoas que tratam diretamente com esse problema e a visão do pesquisador sobre os dados levantados.

Diante de um paradigma interpretativista, a pesquisa qualitativa surge como um caminho natural para a abordagem do problema. De acordo com Flick (2009), na pesquisa qualitativa o texto é o material empírico, em vez de números, e “parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo”. Dessa forma, compreende-se que a pesquisa qualitativa está alinhada ao paradigma interpretativista e, principalmente, com o objetivo geral desse estudo.

Ainda com relação ao objetivo, essa é uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória, pois se propõe a realizar descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes, RIs e preservação digital. Esse tipo de pesquisa pressupõe um planejamento flexível para proporcionar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Sendo assim, também é uma pesquisa descritiva porque, de acordo com Gil (2009), busca a “descrição das características de determinada população ou fenômeno”. O autor Malhotra (2006), corrobora ao afirmar que a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição de algo, em geral as características do objeto de estudo ou relacionamentos entre os fenômenos. Nesse caso, serão analisados e descritos os procedimentos de preservação digital das universidades para os seus RIs, caracterizando essa pesquisa como qualitativa e descritiva.

Além disso, as pesquisas descritivas costumam apresentar estudos estruturados que almejam medir as características descritas em uma questão de pesquisa, sendo a coleta de dados estruturada através de questionários ou entrevistas. (HAIR JR. et. al., 2005). Por fim, as pesquisas descritivas são realizadas com frequência por pesquisadores sociais que estudam a atuação prática, além de ser o tipo de pesquisa mais solicitado por instituições educacionais. (GIL, 2010).

Com relação aos métodos de pesquisa que serão utilizados, foi feito em primeira etapa uma pesquisa bibliográfica e documental. Já em segunda etapa será realizado um estudo de caso com o Repositório Digital Institucional da Universidade Federal do Paraná (RDI/UFPR) e uma adaptação do “Modelo de Preservação Digital para Instituições de Ensino Superior”, do Professor Doutor José Carlos Abbud Grácio.

A pesquisa bibliográfica está presente em praticamente todos os estudos. Entretanto, há pesquisas que são exclusivamente bibliográficas ou pesquisas nas quais o levantamento bibliográfico é parte dos objetivos específicos – é o caso desse estudo. (GIL, 2010). Já a pesquisa documental é semelhante à bibliográfica nos passos para a execução, mas com a diferença na natureza das fontes. Na pesquisa bibliográfica as fontes são materiais bibliográficos de diversos autores, enquanto na pesquisa documental as fontes são documentos que não receberam esse tratamento para publicação.

Ainda de acordo com Gil (2010), as fontes secundárias por vezes “apresentam dados coletados ou processados de forma equivocada”. Por isso, na tentativa de evitar a repetição de possíveis erros, também será feito um estudo de caso. O estudo de caso, de acordo com Yin (2010, p. 39), “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”. Nesse sentido, o estudo de caso pode ser utilizado quando se pretende compreender um fenômeno da atualidade, a partir de diferentes condições contextuais que interferem nesta realidade.

Ainda sobre o estudo de caso, Costa et. al. (2013) afirmam que “a aplicação deste método visa desenvolver um modelo compreensível, descrevendo padrões de comportamento que possibilitem a tomada de decisão sobre o objeto estudado ou a proposição de uma ação transformadora”. Dessa forma, o método estudo de caso cabe neste trabalho que pretende apresentar um modelo de preservação digital para repositórios institucionais, usando para esse estudo o Repositório Digital Institucional da Universidade Federal do Paraná (RDI/UFPR). A seguir, é apresentado um quadro para melhor compreensão das etapas da pesquisa, de acordo com a sua abordagem, classificação, as técnicas e os seus procedimentos.

Quadro 1: Etapas da Pesquisa. Elaborado pelo autor (2017).

ETAPAS DA PESQUISA		
ABORDAGEM: QUALITATIVA		
PRIMEIRA ETAPA		
CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICAS	PROCEDIMENTOS
Pesquisa exploratória	<p>Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental</p> <p>Serão seguidas, de forma adaptada ao contexto deste trabalho, as etapas propostas por Gil (2009):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Busca nas fontes; - Leitura exploratória; - Leitura analítica e interpretativa; 	<p>Coleta de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Busca nas principais bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais sobre os temas relacionados à preservação digital e sobre como as universidades federais brasileiras estão gerenciando a questão da preservação digital em seus repositórios institucionais. - Também serão analisados documentos e informações relacionadas ao RDI/UFPR, como entrevistas e apresentações dos gestores já publicadas, além do próprio <i>site</i> e outros documentos que possam trazer dados sobre repositório.
		<p>Análise dos dados: leitura exploratória do material recuperado sobre preservação digital e dos documentos do RDI/UFPR. Em seguida, será selecionada a bibliografia que será utilizada, com uma leitura analítica e interpretativa.</p>
SEGUNDA ETAPA		
CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA	PROCEDIMENTOS
Pesquisa descritiva	Estudo de Caso	<p>- Será utilizado o “Modelo Processual de Preservação Digital para Gestão da Informação”, do Professor Doutor José Carlos Abbud Grácio para elaborar um modelo de procedimento para a preservação digital em RIs. Com a finalidade de ilustrar o modelo proposto, serão utilizados os dados sobre o RDI/UFPR, levantados na pesquisa documental.</p>
TERCEIRA ETAPA: RESULTADOS E DISCUSSÃO		
<p>A partir da literatura e dos documentos levantados e do estudo de caso com o RDI/UFPR, serão compiladas as informações sobre as tecnologias, os padrões e os formatos utilizados atualmente para a preservação digital em RIs, a fim de definir procedimentos.</p>		

3 RESULTADOS ESPERADOS

Como resultados, espera-se ter um estado da arte dos métodos estruturais e estratégicos da preservação digital e a sua relação com os RIs; a apresentação do contexto de surgimento e gestão dos RIs no Brasil, especialmente das universidades federais brasileiras, com foco nos aspectos técnicos, legais e organizacionais que envolvem a preservação digital.

Além disso, pretende-se reunir boas práticas de preservação digital e apresentá-las em um modelo de procedimento de preservação digital, com base na realidade do (RDI/UFPR).

4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Conforme apresentado, os RIs ampliam o acesso de pesquisadores e outros usuários a diversos documentos científicos. Assim, esse benefício pode e deve ser assegurado por meio da preservação digital.

A revisão preliminar de literatura aponta que há demanda e necessidade de estudos sobre os RIs, bem como da preservação digital. Após um período de crescimento vertiginoso, a implantação de RIs nas universidades federais brasileiras se estabilizou. Diante disso, acredita-se que este seja o momento de promover melhorias sobre a gestão dos RIs, em diferentes aspectos, como a preservação e garantia de acesso em longo prazo ao conteúdo disponibilizado.

Dessa forma, nesse trabalho espera-se contribuir com as discussões sobre a gestão da informação científica, especialmente sobre os RIs das universidades federais brasileiras. Mais do que isso, espera-se colaborar com a identificação de procedimentos voltados à preservação digital em RIs.

REFERÊNCIAS

BAILEY JR, C. W. **Open Access Bibliography**. Washington, D.C.: Association of Research Libraries, 2005. Disponível em: <<http://www.digital-scholarship.org/oab/oab.pdf>>. Acesso em: 19 Set. 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

COSTA, A. de S.; et. al. O uso do método Estudo de Caso na Ciência da Informação no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 49-69, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59101/62099>>. Acesso em: 02 Mar. 2015.

COSTA, M. P. da; LEITE, F. C. L. Open access in the world and Latin America. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 33-46, Abr. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/RyvPyD>>. Acesso em: 07 Jun. 2016.

FERREIRA, M. **Introdução à Preservação Digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 164p.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 10.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2007.

GRÁCIO, J. C. A.; FADEL, B.; VALENTIM, M. L. P. Preservação digital nas instituições de ensino superior. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.18, n.3, 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/XFBV5Y>>. Acesso em: 20 Ago. 2016.

GRÁCIO, J. C. A. **Preservação Digital na gestão da informação: um modelo processual para as instituições de ensino superior**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

HAIR, Jr., J. F.; *et. al.* **Fundamentos de métodos e pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/BgdFxp>>. Acesso em: 28 Dez. 2016.

KURAMOTO, H. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, L.; *et. al.* **Implantação e Gestão de Repositórios Institucionais**. EDUFBA, 2009. 365p.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**. Brasília: Ibict, 2009.

LIMA, C. V. R. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; FINAMOR, M. R. S. Contribuições da discursividade para a construção de repositórios digitais. **Informação@Profissões**, v. 4, n. 1, p. 4-30. Disponível em: < <https://goo.gl/6G30FE>>. Acesso em: 06 set. 2016.

LYNCH, C. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bimonthly Report**, n. 226, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>> Acesso em 02 nov. 2016.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SALES, E. P. S.; D'AVILA, R. T. Rede Cariniana: um modelo de preservação digital distribuída... In: BORGES, J.; BARREIRA, M. I. J. S.; CUNHA, F. J. A. P. (Org.). **Mundo Digital**. João Pessoa: Ideia, 2014. p. 53-62. Disponível em < <https://goo.gl/3WCrZH> >. Acesso em: 07 Jul. 2016.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. 354 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação, Brasília, 2008.

MEDEIROS, S. A. **Política pública de acesso aberto à produção científica**. 2013. 259f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública, Lavras, 2013.

REZENDE, L.; QUEIROZ, B de M. Estudo sobre a preservação digital no contexto da Universidade Federal de Goiás. **SINPRED**, Brasil, mai. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/14K7Jb>>. Acesso em: 07 Nov. 2016.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: Compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **ReA UFSM**, Santa Maria, v. 2, Maio-Ago, 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/5cDeMC>>. Acesso em: 10 Nov. 2016.

SEDDOR, G. A. H. **Thomas S. Kuhn**: explorando o mundo científico. Florianópolis: Ed. Do Autor, 2006. 144p.

SETENARESKI, L. E. **Repositórios digitais abertos**: um movimento do livre acesso alternativo à estrutura oligopolizada das editoras científicas. 2013. 113 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Curitiba, 2013.

SILVA JÚNIOR, L. P. da; MOTA, V. G. Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações. In: **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.51-64, jan./abr., 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/cR01Xc>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

UNESCO. **Carta**: o patrimônio cultural como herança comum. 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/dKCIdp>>. Acesso em: 09 Set. 2016.

VILA NOVA, S.; RIBEIRO, F. C.; GALINDO, M. Mapeamento da Preservação Digital em RIs Brasileiros de Acesso Livre. In: Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória, 2011, Recife. **Anais....** Recife: Néctar, 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/guZfZc> >. Acesso em: 15 jul. 2016.

VINCENT, N.; WICKHAM, C. (Eds.). **Debating Open Access**. London: The British Academy, 2013. 128p.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WEITZEL, S. R.; MESQUITA, M. A. A. Preservação digital em repositórios institucionais: práticas na região sudeste do Brasil. **Liinc em revista**, v. 11, n. 1, 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/rPIkSP>>. Acesso em: 17 Ago. 2016.